



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE
PÚBLICA (PPR-ESP)**

JOAÇABA

105 anos

Prefeito(a) Municipal

Dioclésio Ragnini

Vice-Prefeito(a)

José Otávio Caliari Filho

Secretário(a) Municipal de Saúde

Valmor João Reisdorfer

Secretário(a) Municipal de Infraestrutura e Agricultura

Michel Carlesso Avila

Secretário(a) Municipal de Assistência Social

Sandra Regina Pacheco Pinheiro

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Auriel Parizotto

Desireé Aparecida Pino Gomes

2022



1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0	17/11/2022	Atualização das áreas de risco e população.	Auriel Parizotto Desireé Aparecida Pino Gomes
Revisão 1	12/12/2022	Revisão de todo o plano e atualização geral dos dados	Auriel Parizotto Desireé Aparecida Pino Gomes
Revisão 2	16/12/2022	Inserção das máquinas e equipamentos pertencentes à Secretaria de Infraestrutura de Joaçaba	Danieli Rebonatto
Revisão 3	19/12/2022	Inserção de dados de segurança pública e serviço social	Danieli Rebonatto

2. Compartilhamento do plano via SGPe

Local	Responsável	Nº do Processo

3. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretário Municipal de Saúde	Valmor João Reisdorfer	valmor_reisdorfer@joacaba.sc.gov.br	(49) 99809-1733



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Ponto focal municipal do VIGIDESAS TRES (Gerente de Vigilância em saúde)	Danieli Rebonatto	secsaude@joacaba.sc.gov.br	(49) 99999-6329
Ponto focal municipal do VIGIDESAS TRES (Gerente de Vigilância em saúde)	Setor de Vigilância Sanitária, fiscais: (Alceu, Aline, Auriel, Desirée, Fábio, Leila, Revelino)	vigilanciasanitaria@joacaba.sc.gov.br	49 3527 8864/ 49 988136538

4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes
I. Auriel Parizotto
II. Desireé Aparecida Pino Gomes
Colaboradores
I. Danieli Rebonatto
II. Sandra Regina Pacheco Pinheiro
III. Luci Heberle
IV. Camila Wasserberg
Revisores
I. Karla Vanessa Simas



Sumário 4

Apresentação 5

1.1 Objetivo Geral 8

1.2 Objetivos Específicos 9

2. Marco legal e normativo 9

3. Caracterização do Município 12

3.1 Aspectos Socioeconômicos 13

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 13

3.3 Atividades Econômicas 14

3.4 Características físicas 14

3.4.1 Clima 14

3.4.2 Pluviometria 14

3.4.3 Pedologia 15

3.5 Hidrografia 15

3.6 Saúde 16

3.7 Assistência Social 17

3.8 Segurança 22

3.9 Obras 24

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos 24

5. Gestão de Risco em Desastres 25

5.1 Classificação do desastre, de acordo com o COBRADE 27

5.2.1 Redução de riscos 37

5.2.2 Resposta 39

5.2.3 Recuperação 41

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública. 44

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES) 44



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

6.2 Sala de situação 45

7. Informações à população 46

8. Capacitações 46

9. Referências 47

Glossário 48

Anexo I 49



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Apresentação

O VIGIDESASTRES é um programa da Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde que tem por objetivo desenvolver um conjunto de ações a serem adotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública para reduzir a exposição da população e dos profissionais de saúde aos riscos de desastres e as doenças deles decorrentes.

O Programa VIGIDESASTRES baseia-se nas diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde e é composto de modelo, campo e forma de atuação, com proposta de ações básicas e estratégicas, competências e atribuições para os três níveis de governo. Sua gestão compete à Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental da Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS/MS, no nível federal, e às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde nos estados e municípios.

Os desastres podem afetar a saúde pública sob diversos aspectos:

- provocam um número inesperado de mortes, ferimentos ou enfermidades e congestionam os serviços locais de saúde;
- danificam a infraestrutura local de saúde e alteram a prestação de serviços de rotina e ações preventivas, com graves consequências em curto, médio e longo prazos, em termos de morbimortalidade;
- comprometem o comportamento psicológico e social das comunidades;
- causam contaminação dos alimentos e sua consequente escassez, com graves consequências à saúde tanto orgânicas quanto nutricionais;
- provocam deslocamentos espontâneos da população, acarretando risco epidemiológico;
- aumentam a exposição climática da população desabrigada;
- destroem ou interrompem os sistemas de produção e distribuição de água para consumo humano;
- danificam os sistemas de esgotamento sanitário favorecendo a proliferação de vetores nocivos à saúde;



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- interrompem os serviços de coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos, incluindo os de serviços de saúde e comprometem os serviços de limpeza urbana;
- aumentam o risco de ocorrência de doenças transmissíveis.

Ao desenvolver as diretrizes estabelecidas nesse importante programa brasileiro, a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba adota, como finalidade básica, promover ações de prevenção, preparação e respostas aos desastres naturais, nesse módulo representados pelas inundações e deslizamentos de terra que possam ocorrer no município, estabelecendo metodologias para execução dos trabalhos integrados com a Defesa Civil e todos os demais setores afins da administração municipal, para que se possa fazer o enfrentamento das ocorrências provocados por esses eventos, minimizando os impactos que os mesmos podem ter sobre a saúde da população.



1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

Emergências em Saúde Pública configuram-se como situações que demandam o emprego urgente de medidas de prevenção, de controle, de contenção de riscos, de danos e agravos e de recuperação da saúde pública em situações de caráter epidemiológico (relacionado a surtos e epidemias), de caráter sanitário (relacionado ao controle de produtos e serviços sob regime de vigilância sanitária) de caráter ambiental (relacionado ao controle dos danos ambientais provocados por desastres naturais ou tecnológicos que colocam em risco a saúde da população) ou ainda situações que provoquem colapso da assistência à saúde da população.

As competências dos órgãos de saúde pública para execução de tais políticas estão expressas na Portaria MS/GM nº 1.378, de 9 de julho de 2013, que define enquanto competência da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) a “coordenação da preparação e resposta das ações de vigilância em saúde, nas emergências de saúde pública de importância nacional e internacional, bem como a cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios” na resposta a essas emergências.

O Plano Municipal de Vigilância Para Emergências em Saúde Pública – VIGIDESASTRES – Módulo Inundações e Deslizamentos foca na atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) para respostas às emergências em saúde pública, sendo estruturado para garantir respostas rápidas, oportunas, eficientes e eficazes, correspondentes ao monitoramento e à prestação de serviços de assistência durante ou imediatamente após uma emergência, a fim de salvar vidas, reduzir os impactos sobre a saúde e atender às necessidades básicas de saúde da população afetada.

No contexto deste Plano, as Emergências em Saúde Pública (ESP) estão relacionadas a eventos adversos naturais ou tecnológicos que podem ocorrer em um determinado momento.

Dessa forma, o Plano Municipal de Vigilância Para Emergências em Saúde Pública – VIGIDESASTRES - Módulo Inundações e Deslizamentos do município de Joaçaba foi elaborado para orientar as ações de prevenção, preparação e resposta aos eventos adversos que possam impactar a saúde da população, caso este venha a se concretizar, estabelecendo que tipo de ações voltadas para a prevenção, a promoção e a recuperação da saúde pública precisam ser desenvolvidas no nível local e definindo as responsabilidades e competências de cada integrante da administração pública municipal de saúde para o enfrentamento de desastres que possam ocorrer no município.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Ao oferecer as condições necessárias para organização, orientação e uniformização das ações de saúde a serem realizadas por suas equipes de trabalho, a partir das diretrizes estabelecidas pelo presente Plano para Emergências em Saúde Pública, o município de Joaçaba através da sua Secretaria Municipal de Saúde, assume o compromisso de atuar de acordo com suas atribuições, visando promover a mitigação dos danos à saúde da população, assim como efetuar o controle eficiente, efetivo e eficaz dos eventos adversos à saúde provocado pelas inundações ocorridos por ação da natureza ou intervenção antrópica.

1.2 Objetivos Específicos

A Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba apresenta o Plano Municipal de Vigilância para Emergências em Saúde Pública – VIGIDESASTRES - Módulo Inundações e Deslizamentos, objetivando manter o acolhimento à população atingida pelos eventos adversos, bem como para intensificar ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, buscando minimizar o impacto e os riscos decorrentes das situações adversas provocados por desastres naturais sobre a saúde pública.

2. Marco legal e normativo

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
- Portaria nº 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.
- Decreto nº 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.
- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”.
- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3. Caracterização do Município



[wikipedia.org/wiki/Joaçaba_](https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaçaba_(Santa_Catarina)) (Santa Catarina), 2018

Joaçaba é um município do estado de Santa Catarina, no Brasil. Localiza-se a uma latitude 27°10'41" sul e a uma longitude 51°30'17" oeste, estando a uma altitude de 522 metros. Sua população é de 30404 habitantes segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2019. É a cidade-sede da Região Metropolitana do Contestado e o oitavo melhor município para se viver no Brasil segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ao todo, o município apresenta 7 (sete) áreas de risco, sendo duas relacionadas a enxurradas e 5 (cinco) relacionadas a movimentos de massa, os quais apresentam grau de risco variável de muito alto a alto risco, que podem provocar prejuízos econômicos e danos e agravos à saúde da população residente.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014

3.1 Aspectos Socioeconômicos

Joaçaba recebeu o título de município em agosto de 1917. A economia teve início com a exploração da madeira e da erva mate e logo após com lavouras de trigo. Atualmente, a indústria de equipamentos agrícolas e de máquinas juntamente com a agropecuária são as principais atividades econômicas do município.

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Joaçaba ocupa a oitava colocação em relação aos 5565 municípios do Brasil, e o terceiro entre as 295 cidades de Santa Catarina e o primeiro do oeste, em relação as 85 municípios. Com a pontuação de 0,827 no IDHM, a cidade apresentou crescimento de 11,61%, entre 200 e 2010. A cidade é um polo do setor metal mecânico que gera grande parte dos empregos da cidade.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3.3 Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são a Indústria, em especial o setor metal-mecânico, processamento de madeira e produtos alimentícios. Possui comércio diversificado e desenvolvido, já que muitas cidades vizinhas têm no turismo a atividade econômica principal e Joaçaba está estrategicamente localizada no centro da região, sendo considerada o polo econômico e político do meio-oeste catarinense, influenciando uma área que atinge aproximadamente 300 000 habitantes. Como sede da Universidade do Oeste de Santa Catarina, uma das grandes universidades do estado de Santa Catarina, Joaçaba é também considerada dos centros universitários de Santa Catarina.

3.4 Características físicas

A área urbana do município é conurbada com os municípios de Herval d'Oeste e Luzerna totalizando um aglomerado urbano com cerca de 60 000 habitantes, sendo que esses três municípios organizam, em conjunto, diversos serviços públicos como abastecimento de água, tratamento de esgoto e transporte público, entre outros.

3.4.1 Clima

O clima é do tipo temperado, *Cfb*, com invernos frios e verões amenos, apresentando as quatro estações bem definidas. Apresenta uma temperatura média anual de 18 °C centígrados, mas as temperaturas extremas no apogeu do verão podem ser acima dos 35 graus centígrados e no inverno a mínima a alguns graus abaixo de zero, sendo que já foi registrado no inverno temperatura de -7 °C. É comum, nos meses mais frios, a formação de geada e mais raramente a ocorrência de neve. Precipitação média anual de 1 840 milímetros, bem distribuídos pelas quatro estações.

3.4.2 Pluviometria

Tem um clima quente e temperado. Existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano em Joaçaba. Mesmo o mês mais seco ainda assim tem muita pluviosidade. Segundo a



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Köppen e Geiger a classificação do clima é Cfa. 18.1 °C é a temperatura média em Joaçaba.

A média anual de pluviosidade é de 1844 mm.

A maioria da precipitação cai em Outubro, com uma média de 210 mm.

Janeiro é o mês mais quente do ano com uma temperatura média de 22.1 °C. Em Julho, a temperatura média é 13.3 °C. É a temperatura média mais baixa de todo o ano. 105 mm é a diferença de precipitação entre o mês mais seco e o mês mais chuvoso. Ao longo do ano as temperaturas médias variam 8.8 °C.

3.4.3 Pedologia

De acordo com características próprias, os solos podem ser divididos em diferentes classes pedológicas. Na sequência, apresenta-se a caracterização dos solos abordados neste estudo, conforme Jarbas et al. (2010):

a) Cambissolos: são constituídos por material mineral, apresentando horizonte B incipiente. Podem possuir características bastante variáveis em função da heterogeneidade do material de origem, do relevo e do clima. Constituem solos fortemente até imperfeitamente drenados, variando de rasos a profundos, com coloração bruna ou bruno-amarelada.

b) Litólicos: são muito pouco desenvolvidos, de profundidade rasa e caráter não hidromórfico. Apresentam horizonte A posicionado de maneira direta sobre a rocha ou sobre um horizonte C com espessura pequena. Normalmente, são solos pedregosos e/ou rochosos, apresentando capacidade de drenagem entre moderada a excessiva. São altamente susceptíveis à erosão, sobretudo em regiões de relevo acidentado, onde ocorrem com frequência maior.

c) Terra bruna estruturada: são solos que possuem coloração bruna amarelada pouco impressiva. A diferenciação dos horizontes é de pouca notabilidade. Na região Sul do Brasil, são frequentemente utilizados para o cultivo de frutos. Entre as principais limitações deste solo, pode-se destacar a sua permeabilidade restrita.

3.5 Hidrografia

A Bacia Hidrográfica do Rio do Tigre está localizada no município de Joaçaba, em Santa Catarina. Com relevo acidentado e ocupação ao longo das margens do Rio do Peixe e do Rio do Tigre, e encostas, observa-se, no local, a ocorrência frequente de incidentes relacionados com movimentação de solo, sendo necessária a remoção das famílias ou interdição de vias. Ocupações irregulares, falta de conhecimento das características do solo, além da adoção de métodos de escavação e uso do solo inadequados, principalmente no



perímetro urbano, vêm preocupando a área técnica e colocando em risco a segurança da população.

3.6 Saúde

O Município de Joaçaba conta com 10 Estratégias de Saúde da Família e 3 Unidades Básicas de Saúde.

As ESF's são subdivididas nas seguintes áreas: Centro I, Centro II, Santa Tereza I e II, Frei Bruno, Santa Terezinha, Nossa Senhora de Lourdes, Vila Pedrini, Vila Remor e São Brás. As UBS estão distribuídas nos distritos de Santa Helena, Nova Petrópolis e no Bairro Clara Adélia.

A Secretaria de Saúde possui à serviço da população, por meio de servidores de seu próprio quadro, consultas especializadas de dermatologia, geriatria, psiquiatria, urologia, ginecologia, pediatria e pneumologia,

Há, ainda, para atendimento dos munícipes, o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I Evoluir, Serviço Social próprio, Centro de Testagem e Acompanhamento, Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Programa de Combate à Dengue, Laboratório de Análises Clínicas e uma Farmácia Básica Municipal.

As Unidades de Saúde acolhem pacientes, realizam consultas, pequenos procedimentos, encaminhamentos, escuta qualificada, prescrição e entrega de medicamentos, vacinação, orientação e palestras. Os atendimentos são realizados mediante agendamento prévio, com reserva de vagas para consultas de urgência e emergência.

O acesso aos serviços especializados de saúde é definido a partir da aplicação de três conceitos, que são: Rotina, Prioridade e Urgência e é a escolha do conceito que define se o acesso será disponibilizado através da Regulação, ou da fila de espera, se houver. No entanto, caberá ao profissional regulador classificar o risco. As cores serão aplicadas no perfil regulador do SISREG, conforme quadro abaixo:

Grau de Prioridade	Encaminhamento	Motivos
Prioridade 1	Urgência	Pacientes que necessitam atendimento médico especializado prioritário por possíveis e/ou prováveis complicações.
Prioridade 2	Eletivo prioritário	Pacientes que necessitam atendimento médico num curto período de tempo.



Prioridade 3	Prioridade não urgente	São situações clínicas sem gravidade que necessitam um agendamento eletivo.
Prioridade 4	Eletivo	Pacientes que necessitam atendimento médico eletivo não prioritário e podem ser acompanhados inicialmente pelos médicos da Atenção Básica.

Em relação à Urgência e Emergência, Joaçaba possui à disposição de seus municípios o Hospital Universitário Santa Terezinha e a Unidade de Pronto Atendimento de Herval d'Oeste.

Ademais, há localizado no Município o Hemocentro Regional de Joaçaba e SAMU USB e Avançada.

3.7 Assistência Social

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, estrutura a Assistência Social em níveis de proteção social considerando diversidades locais e regionais; elege a família como base de referência, colocando-a como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias; recoloca em foco a composição dos direitos sócio-assistenciais integrados ao núcleo básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; organiza as ações, oferecendo uma rede de serviços, considerando as áreas de maiores vulnerabilidades e riscos; ultrapassa a visão de “olhar” os mais pobres e necessitados.

A política de Assistência Social tem necessidade de articular com outras políticas públicas, ações integradas para o enfrentamento das expressões da questão social, apresentando como objetivos:

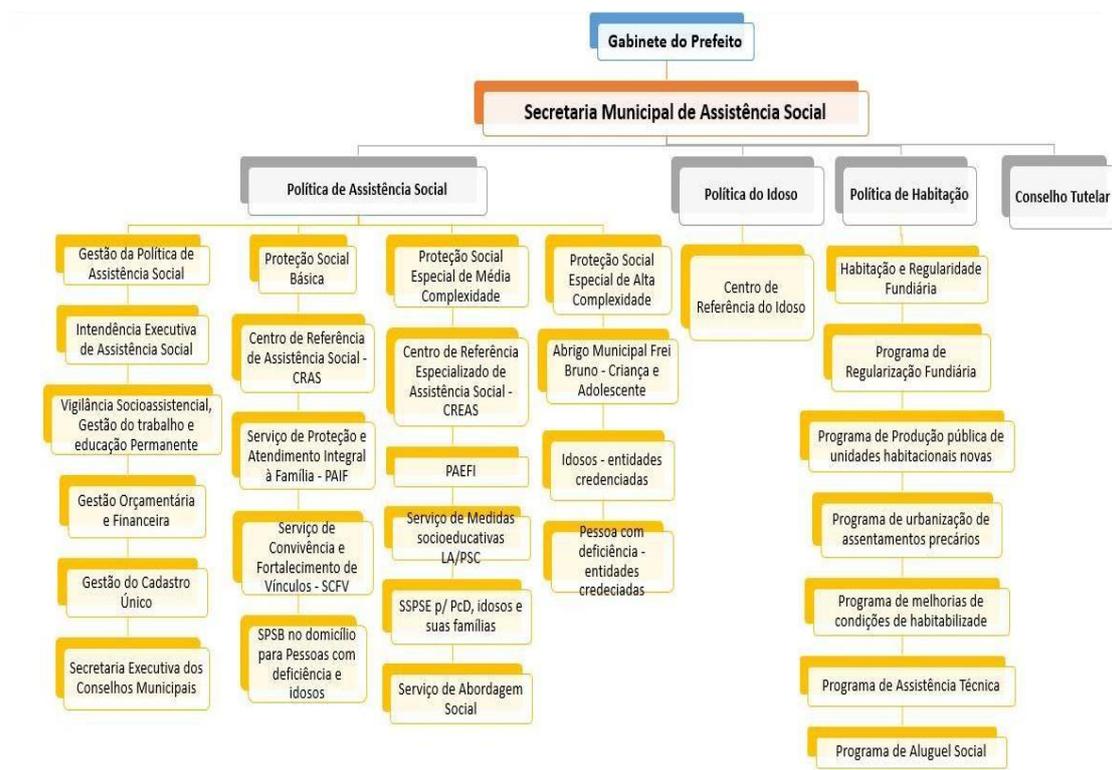
- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para as famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (MDS/PNAS, 2004, p.33).

Em Joaçaba, a Secretaria Municipal de Assistência Social é responsável por organizar nesta política pública, por meio dos serviços de Centro de Referência de



Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Abrigo Municipal Frei Bruno, bem como a política de habitação e a política do idoso.

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Localização: Av. XV de novembro, 378 - Centro – Joaçaba/SC Contato telefônico: (49) 3527 8855 - E-mail: socialsec@joacaba.sc.gov.br Secretária: Sandra Regina Pacheco Pinheiro.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A proteção social básica tem a finalidade de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como visa o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

- **Centro De Referência de Assistência Social - CRAS**

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da Assistência Social. É o local onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência familiar e comunitária.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Neste serviço são desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Atendimento e acompanhamentos individuais e em grupo - onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade;
- b) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- c) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de crianças (a partir de 6 anos) e adolescentes e idosos;
- d) Serviço de atendimento no domicílio da pessoa com deficiência e idosos;
- e) Ações comunitárias;
- f) Grupos prioritários com famílias do programa Bolsa Família;
- g) Grupos de Idosos beneficiados do Programa de Prestação Continuada - BPC;
- h) Atendimento aos imigrantes;
- i) Atendimento a demandas de benefícios eventuais.

Localização: Travessa Papa Pio XII, 162 – Cruzeiro do Sul – Joaçaba/SC Contato telefônico: (49) 3522 4548 - E-mail: cras@joacaba.sc.gov.br Coordenadora: Larissa Novello

- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV:**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) está ligado ao CRAS, e é um conjunto de serviços realizados em grupos, de acordo com o seu ciclo de vida, e que busca complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Além disso, o SCFV fortalece as relações familiares e comunitárias e promove a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido da vida coletiva. O equipamento possui sede própria.

Localização: Rua Adair Gasparini Zilio, bairro Nossa Sra de Lourdes Contato telefônico: (49) 3521 3634 - E-mail: scfvjoacaba@yahoo.com.br

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Os serviços de Proteção Social de Média Complexidade são realizados por equipes especializadas que atuam junto às famílias, cujos vínculos familiares e comunitários estão fragilizados, mas não foram rompidos. O objetivo é contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- **O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é responsável pelo atendimento à população que está em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados.

Localização: Rua Manoel Quintilham Morgade, 86, bairro Centro. Contato telefônico: (49) 3522 1957 - E-mail: creas@joacaba.sc.gov.br

Coordenadora: Aline Aparecida Schmidt Dambrós Os serviços ofertados pelo CREAS são:

- **PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos**

É um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos).

- **Serviço Especializado em Abordagem Social**

Tem como objetivo assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. O serviço inicia o processo de saída das ruas e busca solucionar as necessidades imediatas do indivíduo, possibilitando condições de acesso à rede de serviços e benefícios assistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos.

- **Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias**

Serviço destinado à promoção de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direito.

- **Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)**

O Serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. São realizadas atividades em grupo com as famílias atendidas



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

pelo CREAS, nos serviços disponíveis. Por meio das atividades desenvolvidas busca-se resgatar os vínculos familiares e comunitários com vistas a restabelecer a convivência destes indivíduos com suas famílias.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Os serviços de Proteção Social de Alta Complexidade consistem na proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantam moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, e necessitam ser retirados de seu núcleo familiar e/ou, comunitário.

- **Abrigo Municipal Frei Bruno – Serviço de Acolhimento Institucional**

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

De aspecto semelhante ao de uma residência, está inserido na comunidade, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Oferta atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecendo o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

O Abrigo Municipal Frei Bruno, oferece 20 vagas e atende, além de Joaçaba, a demanda dos municípios de Ibicaré, Treze Tílias, Água Doce e Luzerna.

BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Os Benefícios Eventuais são assegurados pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Sua regulamentação avançou após seu reconhecimento na LOAS, e após aprovação da resolução nº 212 do CNAS, em 2006. No ano seguinte, o governo federal, em complemento às diretrizes do Conselho, editou o Decreto nº 6.307 definindo critérios orientadores para a provisão dos benefícios eventuais no âmbito da política de Assistência Social.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

De acordo com a referida resolução, “o benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.” Ainda, destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

São benefícios da Política de Assistência Social, de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Em Joaçaba, estes benefícios estão regulamentados pela Lei 5.175 de 06 de julho de 2018 que revoga a Lei 4.202/11, e abrangem: benefício eventual em decorrência de nascimento, benefício eventual em decorrência de morte, benefício eventual de alimentação e fotos 3 x 4. E também foram criados a nível Municipal, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Decreto 5.634 de 13 de março de 2019, os seguintes benefícios também em caráter eventual: Benefício de passe de ônibus e passagem rodoviária, Benefício em decorrência de violência e Benefício de Reintegração Comunitária.

AÇÕES DIRECIONADAS À OCORRÊNCIA DE EVENTOS ADVERSOS

O Plano de contingência da Assistência Social - PLANCON da assistência social está em construção, mas atualmente, quando ocorrem situações que demandam o abrigamento de famílias ou sua realocação a assistência social atua juntamente com a Defesa Civil, organizando abrigos, garantindo alimentação, e demais necessidades materiais das famílias.

3.8 Segurança

Há no Município de Joaçaba uma Delegacia Regional de Polícia Civil, uma Delegacia de Comarca e uma Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso.

Em termos de segurança, contamos também com a Polícia Militar, Polícia Militar Ambiental, Corpo de Bombeiros e Polícia Rodoviária Federal.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Os responsáveis por cada um dos órgãos e seus respectivos contatos seguem abaixo:

Órgão	Responsável	Cargo	Telefone	E-mail
Polícia Militar	Toni Pawlowytsch	Tenente-Coronel	(49) 3527-9609	10rpmcmt@pm.sc.gov.br / 10rpmp5@pm.sc.gov.br
Polícia Militar Ambiental	Flavio Andrade e Lopes	1º Tenente	(49) 3554-8910	pmajoaçabacmt@pm.sc.gov.br
Corpo de Bombeiros Militar	André Luiz Grigolo	Tenente Coronel	(49) 3527-9670	11_b3ch@cbm.sc.gov.br
Delegacia Regional de Polícia Civil	Antônio Lucas Ferreira Pinto	Delegado Regional de Polícia Civil	(49) 3522-1221	drpjoacaba@pc.sc.gov.br
Delegacia de Proteção à Criança Adolescente Mulher e Idoso de Joaçaba	Deivid Treche Lima	Delegado de Polícia Civil	(49) 3522-1221	dpcamijoacaba@pc.sc.gov.br
Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Joaçaba	Marcelo Marins	Delegado de Polícia Civil	(49) 3522-1221	dprjoacaba@pc.sc.gov.br
Unidade da Polícia Rodoviária Federal	Ygor ViktorHugo Bezerra Cavalcante	Chefe da Delegacia em Chapecó	(49) 2102-7276	del07p05.sc@prf.gov.br ou del07.sc@prf.gov.br



3.9 Obras

A Secretaria de Infraestrutura do Município de Joaçaba fica localizada na Avenida XV de Novembro, nº 378, Bairro Centro, CEP 8960-000. O Secretário responsável pela pasta é Michel Carlesso Avila – (49) 99982-0131, e-mail michel.avila@joacaba.sc.gov.br.

Os equipamentos e máquinas disponíveis seguem listados no Anexo I do presente Plano.

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

Joaçaba é um município atingido, principalmente, por períodos de estiagem e períodos de chuvas intensas, com eventuais inundações, conforme demonstra-se do quadro abaixo:

4.1. Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.

DATA	EVENTO	COBRADE	POPULAÇÃO AFETADA	ÁREAS AFETADAS
17/12/2012	ESTIAGEM	13214	População Rural	Agricultura/Pecuária
26/06/2014	INUNDAÇÕES	12100	População Urbana e Rural	Residencial e comercial
14/07/2015	VENDAVAL	13215	População urbana	Residencial, comercial e industrial
01/01/2020	ESTIAGEM	13214	População Rural	Agricultura/Pecuária
17/03/2020	DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS	15110	População Urbana e Rural	Todas áreas afetadas
30/06/2020	VENDAVAL	13215	População Urbana e Rural	Residencial e comercial
03/11/2020	ESTIAGEM	13214	População Rural	Agricultura/Pecuária/ Produção de Leite
27/04/2021	DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS	15110	População Urbana e Rural	Todas áreas afetadas
30/12/2021	ESTIAGEM	13214	População Rural	Agricultura/Pecuária/ Produção de Leite/Psicultura
15/03/2022	CHUVAS INTENSAS	13214	População Urbana e Rural	Residencial, comercial e industrial
03/05/2022	CHUVAS INTENSAS	13214	População Urbana e Rural	Residencial, comercial e industrial
11/10/2022	INUNDAÇÃO	12100	População Urbana e Rural	Residencial, comercial e industrial



5. Gestão de Risco em Desastres

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde Ambiental, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 2018, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é o (a) (Nome do ponto focal do VIGIDESASTRES do município), alocado (a) na Vigilância Sanitária.

00. Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Etapa	Fase	Objetivo
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

5.1 – Organização

5.1.1 - Área de abrangência O Plano Municipal de Vigilância para Emergências em Saúde Pública – VIGIDESASTRES - Módulo Inundações e Deslizamentos de Solo contempla todo o espaço territorial do município de Joaçaba, compreendendo suas zonas urbanas e rurais sujeitas às ocorrências de eventos adversos provocados por inundações e escorregamentos de terra, bem como os eventos a elas relacionados.

5.1.2 - Identificação das Áreas de Risco

As áreas de risco existentes no município de Joaçaba estão descritas no trabalho **executado pelo CPRM – Serviço Geológico do Brasil – Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa.**

Os levantamentos efetuados demonstram que o município de Joaçaba está sujeito aos seguintes riscos:

a) Riscos identificados no município: Inundações, enxurradas, alagamentos, quedas de solos, rolamentos de blocos de rochas, matacões e soterramentos, assim como os danos e agravos à saúde pública a eles relacionados.

b) Número de Áreas de Risco: 07

c) Número de habitações sob risco: 201

d) Número de pessoas expostas a riscos: 804

Conforme estabelecido neste Plano de Emergência, os eventos adversos representados por ondas de calor e de frio, vendavais, chuvas de granizo, estiagens e acidentes com produtos perigosos, serão tratados em Planos à parte, cujos módulos serão integrados a este, oportunamente.



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2016.

5.1.4 – Caracterização das Áreas de Risco

A ocupação de áreas declivosas no município de Joaçaba vem submetendo os moradores aos processos de movimentos de massa que podem colocar em risco a população residente. Além desse, os eventos adversos mais frequentes no histórico do município são as enxurradas que, em ocasiões de chuvas fortes e rápidas, como as que ocorrem no período de verão, podem provocar danos aos setores públicos e privados do município, assim como promover agravos à saúde da população, considerando a alta energia de arrasto que possuem esses fenômenos. O município de Joaçaba está inserido no domínio de rochas vulcânicas da Formação Serra Geral, Cretáceo da Bacia do Paraná. Em contato com essas rochas vulcânicas, encontram-se depósitos quaternários aluviais relacionados ao Rio do Peixe. A região caracteriza-se por solos residuais areno-argilosos com presença de blocos e por solos coluvionais resultado dos processos de movimentação de massa das regiões de altas declividades. A população concentra-se próximo ao Rio do Peixe e ao Rio do Tigre e nas encostas escarpadas de alta declividade. Sendo assim, está sujeita ora à inundação oriunda das cheias dos rios, ora a movimentos gravitacionais de massa tais como escorregamentos e queda de blocos. Na história do município, ocorreram diversos eventos de cheia do Rio do Peixe, sendo que a cheia histórica foi registrada em 1983. O último



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

evento pluviométrico crítico foi em junho de 2014, ocasião em que foram registrados diversos casos de deslizamentos e inundações pelos rios do Peixe e Tigre.

ÁREA DE RISCO 1

Localização: Rua Luíz Zampieri, Bairro Santa Tereza

Ficha Complementar de Análise de Risco: SC_JCB_SR_01_CPRM

Coordenadas Geográficas: UTM 22 S 449694 E 995243 N

Descrição: Encosta escarpada com ocupação no topo e na base. Pequenos taludes de corte sobre solo coluvionar e depósito de tálus. Linha de drenagem intermitente com grande volume de blocos. Histórico de escorregamentos planares de pequeno porte. Casas pequenas de madeira e alvenaria, de vulnerabilidade alta. Ausência de sistema de drenagem pluvial e de coleta e tratamento de esgoto.

Tipologia: Escorregamento planar solo-solo

Risco: Alto Quantidade de casas em risco: aprox. 56

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 224

Sugestões de medidas:

Monitoramento visual das condições de estabilidade da encosta; Evacuação preventiva em casos de eventos pluviométricos extremos; Estudo e implantação de drenagem pluvial de forma a evitar a percolação das águas do topo. Desenvolvimento de políticas de controle de ocupação das áreas suscetíveis a movimentos de massa; Elaboração de plano de contingência.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA



ÁREA DE RISCO 2

Localização: Bairro: Rua Dos Espanhóis, Bairro Santa Tereza

Ficha Complementar de Análise de Risco: SC_JCB_SR_02_CPRM

Coordenadas Geográficas: UTM 22 S 450445 E 699473 N

Descrição: Encosta escarpada com talude de corte negativo produzido pela mineração de rocha vulcânica. Rocha maciça, com fraturamento conchoidal. Presença de fraturas esparsas em pares conjugados. Frequente queda de lascas. Presença de solo coluvionar pouco espesso no topo. Casas edificadas muito próximas ao talude, sujeitas ao atingimento de lascas de rocha, solo e vegetação arbórea. Casas de pequeno porte de alvenaria, com cobertura de telhas, sem chapa de concreto, com vulnerabilidade alta. Presença de lançamento de água servida em aterro sem compactação, causando trincas e rachaduras em muros e edificações.

Tipologia: Escorregamento planar solo-solo e queda de blocos.

Risco: Alto



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Quantidade de casas em risco: aprox. 12

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 48

Sugestões de medidas:

Monitoramento visual das condições de estabilidade da encosta; Evacuação preventiva em casos de eventos pluviométricos extremos; Instalação de placa de advertência de queda de blocos junto ao talude de corte; Desenvolvimento de políticas de controle de ocupação das áreas suscetíveis a movimentos de massa; Implantação de rede coletora para tratamento de esgoto. Elaboração de plano de contingência.



ÁREA DE RISCO 3

Localização: Rua Frei Rogério, Centro

Ficha Complementar de Análise de Risco: SC_JCB_SR_03_CPRM

Coordenadas Geográficas: UTM 22 S 450364 E 6994529 N

Descrição: Encosta escarpada com ocupação na base. Pequenos taludes de corte em solo colúvionar com presença de blocos e matacões. Histórico de escorregamentos planares de pequeno porte. Casas pequenas de madeira e alvenaria, de vulnerabilidade alta. Ausência de sistema drenagem pluvial e de coleta e tratamento de esgoto.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Tipologia: Escorregamento planar solo-solo

Risco: Alto Quantidade de casas em risco: aprox. 26

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 104

Sugestões de medidas: Monitoramento visual das condições de estabilidade da encosta; Evacuação preventiva em casos de eventos pluviométricos extremos; Desenvolvimento de políticas de controle de ocupação das áreas suscetíveis a movimentos de massa; Elaboração de plano de contingência; Estudo e implantação de drenagem pluvial.



ÁREA DE RISCO 4

Localização: Rua Reinaldo Bauerman, Nossa Senhora de Lourdes

Ficha Complementar de Análise de Risco: SC_JCB_SR_04_CPRM

Coordenadas Geográficas: UTM 22 S 448809 E 6993933 N

Descrição: Encosta escarpada com ocupação no topo e na base. Talude de corte sobre brecha vulcânica alterada. Cobertura de solo coluvionar e depósito de tálus. Vegetação arbórea de grande porte. Risco remanescente de escorregamento planar solo/rocha e rocha/rocha desencadeado em junho/2014. Evento atingiu a fábrica e danificou muro de contenção existente. No topo, presença de casas precárias com baixo padrão construtivo. Sistema de drenagem pluvial mal dimensionado e ausência de rede de coleta e tratamento de esgoto.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Tipologia: Escorregamento planar solo-rocha

Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: aprox. 9

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 36

Sugestões de medidas: Estudo de detalhe para obra de contenção e drenagem do talude; Monitoramento visual das condições de estabilidade da encosta; Evacuação preventiva em casos de eventos pluviométricos extremos; Desenvolvimento de políticas de controle de ocupação das áreas suscetíveis a movimentos de massa; Elaboração de plano de contingência.



ÁREA DE RISCO 5

Localização: Rua Roberto Trompowski, Centro

Ficha Complementar de Análise de Risco: SC_JCB_SR_05_CPRM

Coordenadas Geográficas: UTM 22 S 450295 E 6994325 N

Descrição: ocupação urbana sob a influência da inundação do Rio do Peixe e de seu efluente, Rio Tigre. A inundação é condicionada pelo regime de chuvas incidentes na Bacia



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Hidrográfica do Rio do Peixe e ocorre de forma gradual. Eventos são recorrentes ao longo da história, sendo que a maior cheia foi registrada no ano de 1983. Tipo de ocupação constituída de edificações de alvenaria de baixa vulnerabilidade. Vias predominantemente pavimentadas, com sistema parcial de drenagem pluvial e de esgoto sanitário.

Tipologia: Inundação

Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: aprox. 51

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 204



Sugestões de medidas: Implantação de sistema de alerta a nível de bacia hidrográfica; Evacuação preventiva no período de evento climático extremo; Desenvolvimento de políticas de controle de ocupação em áreas suscetíveis à inundação; Elaboração de plano de contingência.

ÁREA DE RISCO 6

Localização: Av. Caetano Natal Branco, Centro

Ficha Complementar de Análise de Risco: SC_JCB_SR_06_CPRM



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Coordenadas Geográficas: UTM 22 S 451506 E 6995344 N

Descrição: ocupação urbana sob influência da inundação do Rio do Peixe. A inundação é condicionada pelo regime de chuvas incidentes na Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe, e ocorre de forma gradual. Eventos são recorrentes ao longo da história, sendo que a maior cheia foi registrada no ano de 1983. Tipo de ocupação constituída por edificações de alvenaria de baixa vulnerabilidade. Vias predominantemente pavimentadas, com sistema parcial de drenagem pluvial e de esgoto sanitário.

Tipologia: Inundação

Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: aprox. 32

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 128

Sugestões de medidas: Implantação de sistema de alerta a nível de bacia hidrográfica; Evacuação preventiva no período de evento climático extremo; Desenvolvimento de políticas de controle de ocupação em áreas suscetíveis à inundação; Elaboração de plano de contingência.





GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ÁREA DE RISCO 7

Localização: Rua Ernesto Schuning, Centro

Ficha Complementar de Análise de Risco: SC_JCB_SR_07_CPRM

Coordenadas Geográficas: UTM 22 S 450168 E 6993424 N

Descrição: ocupação urbana sob a influência da inundação do Rio do Peixe e de seu afluente, Rio Tigre. A inundação é condicionada pelo regime de chuvas incidentes na Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe e ocorre de forma gradual. Eventos são recorrentes ao longo da história, sendo que a maior cheia foi registrada no ano de 1983. Tipo de ocupação constituída por edificações de alvenaria de baixa vulnerabilidade. Vias predominantemente pavimentadas, com sistema parcial de drenagem pluvial e de esgoto sanitário.

Tipologia: Inundação

Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: aprox. 15

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 60

Sugestões de medidas: Implantação de sistema de alerta a nível de bacia hidrográfica; Evacuação preventiva no período de evento climático extremo; Desenvolvimento de políticas de controle de ocupação em áreas suscetíveis à inundação; Elaboração de plano de contingência.





5.2.1 Redução de riscos

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Estabelecimento de indicadores, sistemas de informação e avaliação das ameaças à saúde humana.	Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Sanitária/Vigilância Epidemiológica
	Controle de zoonose (desratização, prevenção de acidente por animais peçonhentos pós-enchentes) e ações de combate à dengue.	Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Sanitária/Vigilância Epidemiológica
	Prevenção de doenças infecciosas e respiratórias.	Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Epidemiológica
	Educação em saúde na forma de orientação à população em prevenção de doenças transmitidas pela água e o cuidado para consumo humano (preparo de alimento, higiene pessoal e ingestão).	Secretaria Municipal de Saúde – Atenção Básica
	Monitoramento das populações humanas expostas aos fatores de risco dos desastres naturais.	Defesa Civil
	Sensibilizar os gestores, lideranças comunitárias e população para os Riscos de Desastres e a adoção de medidas preventivas.	Prefeitura Municipal de Joaçaba
	Articular e acompanhar a previsão do tempo e ameaças de alertas junto à Defesa Civil.	Secretaria de Saúde/Defesa Civil
	Realizar o levantamento das condições sanitárias dos abrigos.	Vigilância Sanitária
	Planejar ações voltadas para a	Secretaria de Saúde – Atenção



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	proteção da saúde dos trabalhadores envolvidos nas atividades produtivas e da população exposta aos impactos ambientais e sociais decorrentes deles.	Básica + Conselho de Saúde - CISTT
	Conhecer o perfil epidemiológico da população, identificar os riscos para organizar ações da Vigilância Epidemiológica.	Vigilância Epidemiológica
Mitigação	Identificar grupos vulneráveis.	Secretaria Municipal de Saúde – Atenção Básica
	Identificar riscos e vulnerabilidades.	Secretaria Municipal de Saúde – Atenção Básica
	Realizar ações de promoção à saúde e prevenção de agravos;	Secretaria Municipal de Saúde – Atenção Básica
	Realizar ações de educação em saúde;	Secretaria Municipal de Saúde – Atenção Básica
	Imunizar a população;	Secretaria Municipal de Saúde – Atenção Básica
	Aplicar protocolos de triagem e priorização de atendimentos;	Secretaria Municipal de Saúde – Atenção Básica
	Equipar a rede de Atenção Psicossocial	Secretaria Municipal de Saúde – Atenção Básica



5.2.2 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Coordenar os sistemas de atenção às vítimas	Prefeitura Municipal – Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Defesa Civil
	Gerenciar as ações de saúde ambiental.	Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária
	Participar de reuniões, providenciando recursos, acompanhando a execução das ações e preparando informações à comunidade sobre as atividades a serem desenvolvidas.	Prefeitura Municipal – Gabinete, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Defesa Civil
	Acionar as Coordenações de Almoxarifado, Farmácia e Transporte.	Secretaria de Saúde – Atenção Básica
	Disponibilizar os recursos materiais necessários às ações de emergência	Secretaria de Infraestrutura, Defesa Civil, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social
	Acionar os Departamentos de Compras.	Secretaria de Saúde – Atenção Básica
	Acionar os Departamentos de Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária e Ações Programáticas;	Secretaria de Saúde – Atenção Básica
	Monitorar os agravos decorrentes da emergência, adotando ações de controle no campo da vigilância em saúde.	Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

	Coordenar as ações de vigilância epidemiológica e sanitária nos abrigos	Secretaria de Saúde - Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica
	Gerenciar a redução dos riscos nos abrigos – controle higiênico-sanitário dos alimentos, água (inclusive doações), medicamentos, vacinas e estrutura física.	Secretaria de Saúde - Vigilância Sanitária
	Priorizar a desratização e a distribuição de hipoclorito de sódio, tanto nos locais de abrigo, como nas áreas afetadas.	Secretaria de Saúde - Vigilância Sanitária, Almoxarifado
	Monitorar a morbi-mortalidade e outros impactos à saúde humana	Secretaria de Saúde – Vigilância Epidemiológica
	Fiscalizar os serviços de alimentação, os comércios de alimentos e bebidas, os estabelecimentos farmacêuticos e os serviços de saúde nas áreas atingidas, realizando a inutilização de produtos e insumos impróprios ao consumo e a interdição de estabelecimentos, quando necessário.	Secretaria de Saúde - Vigilância Sanitária
	Atendimento de denúncias de transferência ou reaproveitamento de alimentos e medicamentos impróprios ao consumo.	Secretaria de Saúde - Vigilância Sanitária
	Triagem Social em conjunto com a Secretaria Municipal de Serviço Social	Secretaria de Saúde – Serviço Social da Saúde e Secretaria de Assistência Social
	Fornecer os primeiros socorros às vítimas por meio do SAMU, efetuando os encaminhamentos médicos necessários	Secretaria de Saúde – Atenção Básica, SAMU, HUST e UPA
	Armazenar e distribuir medicamentos e insumos	Secretaria de Saúde – Farmácia Básica Municipal e Almoxarifado



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

	Prover atendimento adequado nas Unidades próximas aos abrigos sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Joaçaba	Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social
	Manter unidades de saúde fora de área de abrigagem em funcionamento	Secretaria de Saúde – Atenção Básica
	Implantar uma sala de situação para monitoramento diário do evento e seus agravos	Gabinete do Prefeito
	Monitorar a qualidade da água para consumo humano, especialmente no caso de necessidade de suprimento externo de água ou soluções alternativas coletivas	Vigilância Sanitária
	Verificar o suprimento de sangue e hemoderivados junto ao HEMOSC	Secretaria de Saúde – Atenção Básica e HEMOSC
	Manter um registro consolidado e atualizado com dados objetivos sobre danos humanos e materiais de interesse sanitário para prestar informações e preparar informes às autoridades competentes	Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária
	Realizar ações de promoção à saúde e prevenção de agravos, inclusive com imunização	Secretaria de Saúde – Atenção Básica

5.2.3 Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Análise de Projetos, fiscalização, orientação e controle dos processos de reabilitação dos serviços essenciais de abastecimento de água para	Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

	consumo humano	
	Desenvolvimento de ações de vigilância de forma articulada e sistemática com outros serviços na avaliação dos fatores de risco ambiental com impacto na saúde humana;	Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária
	Sensibilizar os gestores e lideranças comunitárias para a adoção de medidas corretivas ou de recuperação, com vistas ao retorno à normalidade ou à melhoria da situação anterior;	Prefeitura Municipal de Joaçaba
	Acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas pelas diferentes instituições públicas com vistas ao retorno das condições de vida da comunidade e das instalações de saúde afetadas à normalidade.	Secretaria de Saúde – Atenção Básica
	Acompanhamento dos processos de religamento de energia elétrica, cuja falta impacta na perda dos padrões de identidade e qualidade dos produtos alimentícios, medicamentos e insumos farmacêuticos, para que possam ser disponibilizados sem riscos sanitários para a população	Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária
	Fiscalização, em conjunto com os órgãos ambientais, das atividades de reabilitação total das áreas deterioradas pelo evento adverso, incluindo remoção das camadas de solo eventualmente contaminadas por produtos químicos, biológicos e outros	Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

	<p>Avaliação da qualidade das águas de rios e outros cursos d'água eventualmente atingidos pela extravazão de produtos químicos ou biológicos durante as inundações</p>	<p>Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária</p>
	<p>Acompanhamento dos processos de restauração dos serviços de coleta, destinação e tratamentos dos resíduos sólidos gerados pela população no município, para evitar acúmulo de resíduos sem tratamento superior ao tempo previsto pela legislação vigente</p>	<p>Secretaria de Saúde e Secretaria de Infraestrutura</p>
	<p>Acompanhamento do processo de restauração das drenagens pluviais, orientando quanto à proibição de ligações dos sistemas de esgotamento sanitário nessas estruturas</p>	<p>Secretaria de Saúde e Secretaria de Infraestrutura</p>
	<p>Acompanhamento dos processos de desobstrução de rios, canais e áreas de drenagem naturais, para evitar água parada que possam servir de criadouros para vetores nocivos à saúde pública nos locais do evento</p>	<p>Secretaria de Saúde e Secretaria de Infraestrutura</p>
	<p>Desenvolvimento de ações da Vigilância Epidemiológica para monitoramento da evolução das doenças típicas dos eventos adversos provocados por inundações e as demais condições relacionadas com a manutenção da saúde da população</p>	<p>Secretaria de Saúde – Vigilância Epidemiológica</p>



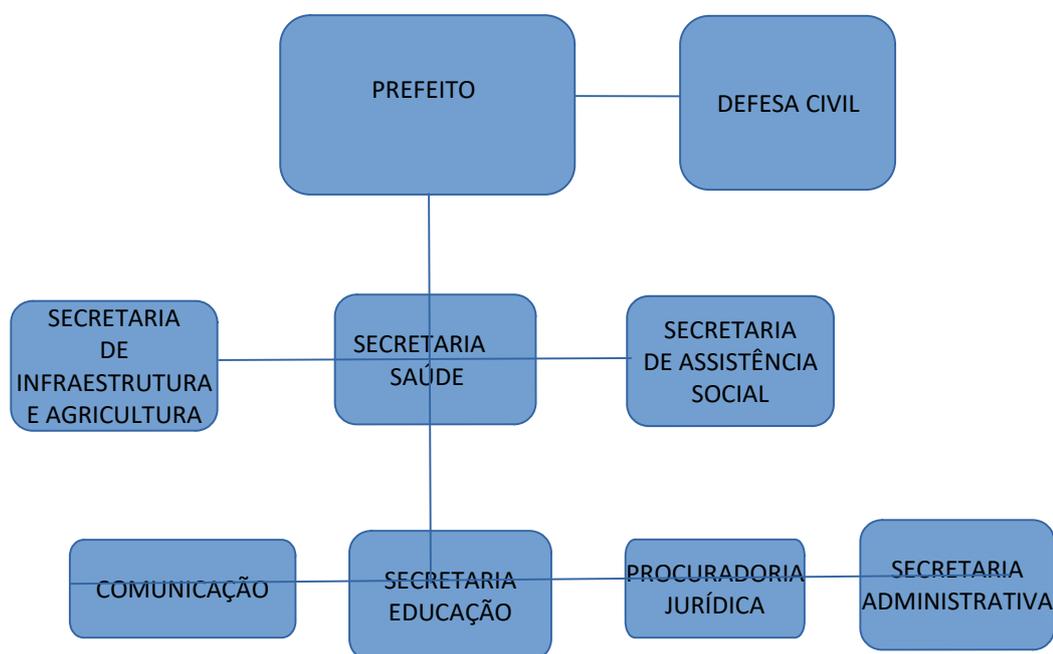
6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

As situações de emergência no âmbito do município são coordenadas pelo gabinete de crise do Prefeito Municipal, sendo suas decisões tomadas a partir dos boletins processados pela Defesa Civil Municipal, Regional ou Estadual.

Participa do Gabinete de crise o colegiado de secretários municipais e outros setores da administração, convocados pelo Prefeito, cada um deles apresentando seus planos de trabalho para o enfrentamento da situação adversa vivenciada.

O trabalho de cada um dos setores participantes do Gabinete de Crise irá se desenvolver no pré-evento, no evento propriamente dito e no pós-evento, conforme será descrito nesse plano de emergência, sempre, no entanto, a partir da liberação das áreas para acesso das equipes técnicas pela Defesa Civil, com a finalidade de não haver interferência nos trabalhos dos primeiros atendedores, salvo se houver decisão específica da Defesa Civil.

Organograma Funcional:



6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em



Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL, ESPIE, ESPIN, ESPII).

6.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde (item 6.1). Os representantes (Quadro 00) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

00. Lista de representantes da SMS

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	e-mail
Valmor João Reisdorfer, Secretário Municipal de Saúde	(49) 99809-1733	valmor_reisdorfer@hotmail.com
Karla Vanessa Simas, Coordenadora da Atenção Básica	(49) 99107-2504	vigilanciasaudejoacaba@outlook.com
Cristiane Volpato Michelin, Coordenadora da Farmácia Municipal	(49) 99976-4109	secsaudefarma@yahoo.com.br
Bárbara Brollo Piculi, Coordenadora da Vigilância Epidemiológica	(49) 98836-0725	vejoacaba@gmail.com
Renata Holetz Nava, Chefe de Almozarifado	(49) 98404-0530	renata_holetz@yahoo.com.br



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Sandra Andreia Stefanos, Chefe de Compras e Manutenções	(49) 98922-2323	licitacaosaudejba@hotmail.com
Desirée Pino Gomes, Vigilância Sanitária	(49) 98834-5895	vigilanciasanitaria@joacaba.sc.gov.br

7. Informações à população

A redução de danos e agravos à saúde durante a ocorrência de eventos adversos provocados por inundações é muito mais efetiva quando é utilizada a comunicação na sua melhor forma para divulgar as instruções relativas aos procedimentos de controle de doenças e agravos à saúde pública que se verificam nessas situações.

É importante destacar que, sem informações não é possível investigar, planificar e monitorar as ameaças, avaliar os riscos à saúde ou responder adequadamente a um desastre.

O setor saúde poderá utilizar, nesse contexto, todos os meios de comunicação disponíveis, tanto para alertas antecipados internos sobre eventos adversos, destinados à mobilização de suas equipes, quanto para disseminação de notas técnicas, informes e instruções ao corpo técnico e à população para controle de surtos epidêmicos e outras doenças de importância epidemiológica nas diferentes fases do evento.

As demais informações sobre o evento adverso, previsões de ocorrências, número de desabrigados e desalojados, doentes, feridos, desaparecidos e outras de relevância para a população serão repassadas à imprensa pelos Gestores Municipais, Estaduais e da Defesa Civil.

8. Capacitações

A Secretaria Municipal de Saúde realizará contratações de empresas especializadas, a fim de propiciar o treinamento de todos os servidores e servidoras envolvidos no processo de resposta a emergências em saúde pública, possibilitando que o trabalho seja realizado forma qualificada e especializada.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

9. Referências

- 1) Plano de Contingência para Emergência em Saúde Pública por Seca e Estiagem – MS – 2015
- 2) Plano de Contingência para Emergência em Saúde Pública por Inundações – MS - 2014
- 3) Plano de Resposta as Emergências em Saúde Pública – MS – 2014
- 4) Gestão Local de Desastres Naturais para a Atenção Básica – UMA-SUS e UNIFESP - 2016
- 5) Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Glossário

Classificações de desastres adotadas pelo EM-DATA – The International Disaster Database /Centre for Research on the Epidemiology of Disaster (CRED) (link para acesso à classificação do EM-DATA/CRED: <<http://www.emdat.be/classification>>);

Termos e definições relacionados ao SUS no Ministério da Saúde (link para área do Ministério da Saúde com os termos: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1395>);

Termos e definições da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) (link para glossário da defesa civil: <<http://www.ceped.ufsc.br/glossario-de-defesa-civil-estudos-de-riscos-e-medicina-de-desastres/>>);

Termos e definições da OPAS (link: <http://www.saludydesastres.info/index.php?option=com_content&view=article&id=345&Itemid=601&lang=es>);

Termos e definições presentes no documento da Organização Pan-Americana da Saúde e Ministério da Saúde: ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Ministério da Saúde. Desastres Naturais e Saúde no Brasil. Brasília, DF, 2014. (Série Desenvolvimento Sustentável e Saúde 2). (link para a publicação: <http://www.paho.org/bra/images/stories/GCC/desastresesaudebrasil_2edicao.pdf?ua=1>).



Anexo I
LISTA DE MATERI

PLACA	VEÍCULO	CONDUTORES
RXU9F76	CAMINHÃO CAÇAMBA TECTOR	Nevio Carrer (49) 998410603 e Danilo Bogoni
RXV1A76	CAMINHÃO CAÇAMBA TECTOR	Nevio Carrer (49) 998410603 e Milton Gaglietti
MKO 7576	CAMINHÃO CAÇAMBA VOLVO VM 270	Jair Carpeggiani (49) 999193212, Danilo Bogoni e Nevio Carrer (49) 998410603
QHU 3G29	CAMINHÃO CAÇAMABA IVECO TECTOR 260 E28	Milton Gaglietti, Jair Carpeggiani (49) 999193212 e Nevio Carrer (49) 998410603
MGS 0589	CAMINHÃO CAÇAMABA IVECO EURO CARGO 260 E25N	Nevio Carrer (49) 998410603, Edson Baretta (49) 998101310 e Danilo Bogoni
QHC 1A95	CAMINHÃO CAÇAMABA MERCEDES 2729	Nevio Carrer (49) 998410603 e Jair Carpeggiani (49) 999193212
LWS 4435	CAMINHÃO CAÇAMABA MERCEDES 1313	Edemar Lago (49) 999215073 e Wanderlei de Oliveira, Darci Zago
MJG 6637	CAMINHÃO CAÇAMABA VOLKSWAGEM 26220	Fernando Dalló (49) 998403042 e Nevio Carrer (49) 998410603
LZZ 6102	CAMINHÃO CAÇAMABA CARGO 1415	Edemar Lago (49) 999215073 e Darcy Zago
MFR 2327	CAMINHÃO PIPA CARGO 2622	Juliano de Deus e Silva
MAH 8219	CAMINHÃO PRANCHA FORD F22.000	Edson Baretta (49) 998101310 e Iselso Olivo (49) 988039705
MLN 3599	CAMINHÃO PRANCHA CARGO 3132	Nevio Carrer (49) 998410603 e Valdecir Valentin Darold (49) 988255675
MGA 8664	TRATOR AGRICOLA NEW HOLLAND TL 95E	Remy Gross (49) 998416495, Leonir Felippini (49) 998048751 e Ademar José Marcus
1155	TRATOR AGRICOLA NEW HOLLAND TT 4030	Remy Gross (49) 998416495 e Leonir Felippini (49) 998048751
6635	TRATOR AGRICOLA MASSEY FERGUSON 4275	Nevio Carrer (49) 998410603
2561	TRATOR AGRICOLA MASSEY FERGUSON 4275	Ademar José Marcus (49) 988045040
5085	TRATOR AGRICOLA AGRALE 5085	Pedro AlvaDir Pereira (49) 988924935 e Leonir Felippini (49) 998048751



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

MCZ 3586	TRATOR AGRICOLA JHON DEERE 5403	Leonir Felippini (49) 998048751 e Remy Gross (49) 998416495
4241	TRATOR AGRICOLA VALMET 65	Nevio Carrer (49) 998410603 e Nereu de Araújo (49) 999557717
LWY 3271	CARREGADEIRA MICHIGAM 55 ^a	Jorge Vieira (49) 999542405 e Firmino Bufon
LXE 0363	CARREGADEIRA CARTEPILLAR 930R	Jorge Vieira (49) 999542405 e Firmono Bufon
6868	MINI CARREGADEIRA CARTERPILLAR 236D	Fernando da Silva e Nevio Carrer (49) 998410603
RXQ2D94	RETRO ESCAVADEIRA JCB 3CX	Iselso Olivo (49) 988039705
RXZ8E34	RETRO ESCAVADEIRA JOHN DEERE MR 310	Iselso Olivo (49) 988039705
MGT 8667	RETRO ESCAVADEIRA CARTERPILLAR 420E	Mauro Garcia de Vargas (49) 999945323
RXQ2D94	RETRO ESCAVADEIRA JCB 3CX	Iselso Olivo (49) 988039705
MHR 4575	RETRO ESCAVADEIRA CATERPILLAR	Mauro Garcia de Vargas (49) 999945323 e Wanderlei de Oliveira
MKC 9794	RETRO ESCAVADEIRA JCB 3C	Juliano de Deus e Silva
27093	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NEW HOLLAND 135B	Ivan Pastori
7106	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 310 L 2022	Wanderlei de Oliveira
MEU 4032	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVE EC140B	Ivan Pastori
5377	MOTO NIVELADORA CASE 845B	Eroni Schlindwein e Nevio Carrer (49) 998410603
LXE 0343	MOTO NIVELADORA HWB140M	Jorge Vieira (49) 999542405 e Firmino Buffon
2469	MOTO NIVELADORA CARTERPILLAR 120K	Carlos Kalbfleisch (49) 998053038
6969	ROLO COMPACTADOR HAMM 3411	Alberi Borges da Silva
CA250D	ROLO COMPACTADOR DINAPAC CA250	Jorge Vieira (49) 999542405
6767	ROLO COMPACTADOR DINAPAC CC900G	Carlos Kalbfleisch (49) 998053038
SÉRIE 120	CARRETA BASCULANTE LUMECO	Qualquer usuário
SÉRIE CAB 0424	CARRETA BASCULANTE BRASPEC	Qualquer usuário
SÉRIE 119	CARRETA BASCULANTE LUMECO	Qualquer usuário



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

SÉRIE CAB 0444	CARRETA BASCULANTE BRASPEC	Qualquer usuário
PATRI 18604	MOTO SERRA TEKNA	Qualquer usuário
MODELO 455	MOTO SERRA HUSQVARNA	Qualquer usuário
PATRI 21049	MOTO SERRA TOYAMA	Qualquer usuário
12711	POLICORTE DE ASFALTO PROEL	Qualquer usuário
PATRI 20887	MOTO SERRA NAGANO	Qualquer usuário
PATRI 21011	MOTO SERRA LYNUS	Qualquer usuário